

UMA EDUCAÇÃO SEM TRADICIONALISMO: SEXUALIDADE, FAMÍLIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

¹ Alex Alves Silvestre.

² Edelmara Santos Oliveira

³ Tamires Leal Cortez Silva.

¹ Graduando do curso de licenciatura plena em Pedagogia (UFPI-CSHNB). Bolsista (PIBID-UFPI). Diretor de comunicação do DCE-UFPI. Professor no cursinho pré Enem Paulo Freire – (PREEG-UFPI).

² Graduanda do curso de licenciatura plena em Pedagogia (UFPI-CSHNB). Bolsista (PIBID-UFPI).

³ Graduanda do curso de licenciatura plena em Pedagogia (UFPI-CSHNB).

1.0 APRESENTAÇÃO

Esse artigo aponta algumas reflexões teóricas que fundamentam uma pesquisa em andamento, que tem como objetivo analisar como os professores se comportam frente a situações cotidianas relacionadas à temática sexualidade e aos arranjos familiares contemporâneos dentro do âmbito escolar e de suas práticas pedagógicas nas séries iniciais das escolas públicas, em Picos-PI.

Procura-se saber de fato como esta sendo posta em prática a proposta de transversalidade desse tema na escola. Trabalhando-se conforme a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que sugerem uma docência sem tradicionalismos, que busque conhecer as dúvidas, inquietações e questionamentos dos alunos, mostrando que a sexualidade não resume-se apenas à relações sexuais ou divisão de gênero.

Mensura-se que quando falarmos em família, de início é importante frisar, que utilizaremos o termo “arranjos familiares” sempre que nos referimos às novas composições familiares pós-modernas ou pluralistas.

A exemplo: filhos de casais homoafetivos masculinos e femininos adotados legalmente; união de pessoas separadas ou divorciadas; filhos convivendo com meio irmãos; filhos criados por mãe ou pai viúvos ou separados judicialmente ou informalmente; famílias chefiadas por avós; duplas de mães solteiras ou já separadas que compartilham a criação de seus filhos; casamento entre jovens com filhos; avós, tios, primos, netos e outros, todos morando juntos numa mesma casa; filhos criados por parentes com pais vivendo em presídios; filhos criados em ambientes de proliferação de drogas e prostituição; e entre outros arranjos alternativos, diferente do que se impõe como padrão.

Esse estudo pauta-se em uma abordagem qualitativa de pesquisa ação, com base em Gil (2010), que visa a participação ativo pesquisador durante a investigação, relacionando-se com os sujeitos envolvidos a fim de enriquecer seus resultados. Iniciando-se em 2011 almejando-se nortear e aprimorar conhecimentos teóricos através de autores que já realizaram estudos na área investigada.

Em 2012.1 inicia-se o estudo de campo em apenas uma 1 (uma) escola pública estadual de picos frequentada 2 (dois) turnos de 4hs cada um, durante o período de 1 (um) ano letivo, arraigada à participação em programa de bolsas de iniciação à docência PIBID-UFPI. Apriori, os principais envolvidos foram 3 (Três) professoras de uma escola pública estadual de ensino fundamental I. E alunos do 5º ano, delimitados em um grupo de 31(trinta e um) matriculados na sala de aula regular e 8 (oito) alunos frequentantes das aulas de reforço

A coleta de dados que está sendo utilizada para proceder o estudo em questão baseia-se na aplicação de questionários direcionados ao corpo docente , buscando conhecer o preparo e/ou as informações que eles possuem sobre a proposta dos PCN's ao abordarem a sexualidade na sala de aula como temática transversal; sondagem observatória que será realizada no momento das aulas, buscando inferirem-se ilustrações verídicas de atitudes e comportamentos na relação professor-aluno diante de situações que desenvolvam padrões de gênero e disciplinamento dos corpos; relatos informais, extraídos de conversas com discentes, buscando conhecer suas inquietações, posicionamentos e conceitos cotidianos ,conforme o desenrolar da pesquisa.

2.0 COMPREENDENDO A PRESENÇA DA SEXUALIDADE NO COTIDIANO INFANTIL.

Inicialmente procuro deixar claras nossas ideias do conceito de sexualidade e gênero, fazendo uso da ótica de Weeks (2001) que diz: “Para descrever a diferenciação social entre homens e mulheres, utilizaremos o termo ‘gênero’. Usaremos o termo ‘sexualidade’ como uma descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas que se relacionam [...]” (p.43)

Atualmente as crianças e adolescentes recebem freqüentemente uma enorme quantidade de informações sobre corpo, gênero e sexualidade através da mídia. No entanto, apresentam muitas dúvidas sobre o assunto, já que a televisão e os outros meios

de comunicação não dão resposta e nem interagem com os questionamentos desse grupo de telespectadores.

Devido a corrida para o mercado de trabalho, os pais pouco acompanham o desenvolvimento dos filhos, que longe da companhia dos pais, ficam grande parte do dia na frente da televisão, sendo bombardeados por cenas sexuais alheias a sua realidade imediata, fazendo com que elas vejam o sexo como algo banal, sem ter consciência do verdadeiro valor da sexualidade humana, desenvolvendo cada vez mais cedo seu interesse pelas atividades sexuais. (SOUZA, 1999, p.33)

Então, esses vão levar suas inquietações para a família, que não vai saber responder aos questionamentos dos filhos. Ou melhor, podem até saber respostas, mas devido a educação repressora a sexualidade que foram criados, preferem omitir ou fantasiar as informações corretas: “Para alguns, as crianças são seres “puros” e “inocentes” que não têm sexualidade a expressar, e as manifestações da sexualidade infantil possuem a conotação de algo feio, sujo, pecaminoso, cuja existência se deve à má influência de adultos. (BRASIL, 1997, p. 12).

Por conseguinte, fica direcionado todo o peso dessa responsabilidade de construção de gênero ao espaço escolarizado que segundo Silva (2005) difundem práticas cotidianas sexualistas que dicotomizam os sexos e levam a própria instituição escolar a ser fonte de desigualdade entre os gêneros como forte/fraco, superior/inferior, ativo/passivo:

A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade, e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos, e transmitidas através da educação, o que atualmente recebe a denominação de “relações de gênero”. Essas representações internalizadas são referências fundamentais para a constituição da identidade da criança. (BRASIL, 1997, p. 13).

Estudos evidenciam que a criança é por natureza curiosa, e nem sempre conta com a ajuda de adultos para se descobrir, percebendo assim, que existem diferenças físicas que as distinguem como meninas e meninos:

(...) a criança brinca com seu próprio corpo desde pequenina. Explora cada parte dele e por vezes, e se detém nos genitais. Descobre que o corpo é fonte de prazer e gosta das sensações que obtém. Estas experiências precoces serão a base de uma sexualidade sadia no futuro. (BARROSO & BRUSCHINI 1991, p. 31).

Pensando nisso, sabemos que os primeiros contatos da criança com a sexualidade e a divisão de gêneros são vivenciados na família, na escola e na própria sociedade que é onde ela aprende e exercita a educação sexual marcada pelo que Louro (2001) chamou de disciplinamento dos corpos à norma padrão. Utilizando-se como exemplo expressões do tipo:

Seja gentil ela é uma menina! Isso é brincadeira de menina. Menino não chora! Isso não é coisa que moça fale. Coragem, você é homem! Senta direito, você é menina. Homem não leva desaforo para casa. Vai ficar chorando igual uma mulherzinha? (SILVA, 2005, p.171)

Essa é uma marca de estereótipos sexuais e atribuições de corpo e gênero rotuladas pela sociedade que sempre abre margens ao preconceito contra quem desobedece a essa norma. Esse discurso torna-se ainda mais claro quando, muito frequentemente: “meninos e meninas aprendem, também desde muito cedo, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem”. (LOURO, 2001, p.29)

Esses padrões são detectados na escola, quando presenciamos o estranhamento à homossexualidade, onde a cultura do país ainda não vê a homoafetividade como algo natural do dia-a-dia e do exercício da sexualidade humana. É uma concepção social que visivelmente reflete no âmbito escolar, onde as crianças são instigadas desde pequenas a enxergarem a homossexualidade como “monstruosidade” ou patologia.

Não se põe em prática as idéias de Frison (2008) que defende a sexualidade em si como uma orientação que é aprendida e construída pelo próprio sujeito, de acordo com que ele gosta e se sente bem, em grande parte, condicionada por sistemas de valores familiares, culturais e sociais vigentes, onde esses valores podem reprimir ou incentivar essa orientação.

3.0 POSTURA DOCENTE: REPRIMIR OU REPRODUZIR AS CONCEPÇÕES SEXUAIS EM SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS?

Os parâmetros curriculares nacionais sugerem que:

Orientação Sexual oferecida pela escola aborde com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado.

A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e ao explicitar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elege como seus. (BRASIL, 1997, p. 16).

Entretanto, nas práticas docentes atuais do ensino brasileiro muitos educadores continuam adotando metodologias tradicionais que não priorizam a abordagem da sexualidade como tema transversal no currículo do ensino fundamental.

É comum detectar-se nessas práticas pedagógicas concepções conservadoras que não dão suporte ao tema em voga, e não proporcionam momentos para que o aluno sintasse mais à vontade para mostrar o que sabe ou deseja saber sobre mitos e tabus da sexualidade que permeiam o seu cotidiano. Furlani (1998) nos ajuda a compreender e diferenciar o que é mito e o que vem a ser tabu:

Mito sexual pode ser compreendido como conjunto de concepções errôneas e falácias criadas a partir de rumores, superstições, fanatismo ou educação sexual falha. (p.20)

Tabus sexuais podemos considerar, os atos, palavras, costumes, modos de vestir e símbolos sexuais proibidos numa dada sociedade por motivos religiosos ou sociais, tidos como impuro, e que não pode ser violados, sob pena de reprovação e perseguição social. (p.89)

Alguns educadores acreditam que a educação e orientação sexual devem ser somente ligadas ao estudo do corpo e dos órgãos reprodutores, sendo de responsabilidade dos professores de ciências do corpo humano. Normalmente, nesta disciplina é priorizado somente o aspecto puramente biológico do conteúdo, sem dar atenção ao psicológico e ao sociocultural:

Praticamente todas as escolas trabalham o aparelho reprodutivo em Ciências Naturais. Geralmente o fazem por meio da discussão sobre a reprodução humana, com informações ou noções relativas à anatomia e fisiologia do corpo humano. Essa abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, nem o interesse dos adolescentes, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui a dimensão da sexualidade. (BRASIL, 1997, p. 08).

Tem que se entender que falar em sexualidade no espaço escolar, não é apenas tratá-la como um estudo de dimensão puramente biológica. Frison (2008) deixa claro que a sexualidade se expressa no corpo e na subjetividade de cada sujeito em encontro com a dimensão social que vive, envolvendo a emoção, afeto e imaginário.

No entanto, os docentes posicionam-se de tal forma que as crianças não vejam um espaço escolar que as deixe à vontade. É muito comum professores reforçarem a ideia que falar de sexualidade é algo errado, sujo e imoral, não permitindo que as curiosidades infantis fluam naturalmente, pois segundo Britzman (2001, p.83): “A sexualidade permite desenvolver nossa capacidade para a curiosidade. Sem a sexualidade não haveria qualquer curiosidade e sem curiosidade o ser humano não seria capaz de aprender”.

Recorrendo às ideias de Figueiredo (2007), percebe-se que as escolas precisam ter conhecimento que são também influencia a construção da vida sexual do seu educando dentro da sociedade que rege de posturas e valores. Visto que é uma máxima a ideia que assim como a escola é aparelho de reprodução é também aparelho de resistência:

Não compete à escola, em nenhuma situação, julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece. O papel da escola é abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças sobre sexualidade possa se expressar. Caberá à escola trabalhar o respeito às diferenças a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias. (BRASIL, 1997, p. 21).

Portanto, percebe-se que o papel do educador não deve ser restrito apenas à mediação de conteúdos curriculares. Ele também deve atuar como orientador de saberes relacionado a corpo, gênero e afetividade das crianças desde cedo. Baseando-se na ideia que o adulto que temos hoje é apenas o reflexo da educação que lhe foi transmitida quando criança, ou seja, uma criança que é educada em um ambiente tradicional, quando adulta vai refletir o tipo de educação que lhe foi transmitida.

4.0 A PLURALIDADE FAMILIAR NA SALA DE AULA E OS DESAFIOS AO EDUCADOR CONTEMPORÂNEO.

As novas composições familiares atuais vêm impondo às outras instituições sociais muitos desafios. E a escola como ambiente heterogêneo, onde se refletem todas as problemáticas vividas no seio social por seus atores, não fica de fora. Diante deste contexto, a partir do século XX quando a família adquire nova estruturação, a função de educar passa a ser de responsabilidade das escolas, onde as crianças passam a maior parte do tempo.

E o educador contemporâneo não pode fechar os olhos e singularizar ou julgar como certo ou errado os diversos rearranjos familiares encontrados na sala de aula. Uma vez que de acordo com as palavras de Mott M & Calderón AI, et al , (2009) :

[...] Diante dessa nova situação, corroborada agora por decisões judiciais favoráveis, convém questionar: que encaminhamentos os educadores pensam dar ao ato educativo, que majoritariamente privilegia datas como Dia das Mães e Dia dos Pais diante de famílias legalmente constituídas com dois pais ou duas mães? Como trabalhar com o grupo de educandos a real pluralidade sociocultural? Como vivenciar diversidade e valores de cidadania com situações com as quais seu repertório profissional não tem familiaridade? Como se preparar para receber essa nova família na escola, oferecendo-lhe a igualdade e a cidadania que lhe garante a Constituição Federal, sem jamais vilipendiar os direitos da criança? (p.12)

A função do professor, nessa lógica é evitar frustrações na sala de aula e constrangimento de alunos que não veem seus arranjos familiares refletidos entre o que é aceitável pelo ambiente escolar: a chamada norma familiar, baseada no núcleo pai, mãe e filhos. A dita família feliz sem conflitos internos ou reagrupamentos, onde cada membro executa sua função específica e predeterminada pela hierarquização de gênero historicamente construído. Não é regra em nenhum grupo, independente da situação econômica.

Ou seja, nem sempre a família que é pensada ou idealizada pela escola coincide com a que é vivida pelo educando. O professor tem que saber interagir com todos esses grupos familiares, dialogando com as diferenças:

É importante reconhecer que, quando se elege um único modelo para qualquer que seja a situação, deixa-se de reconhecer a pluralidade a diversidade nas e das reações humanas, criando-se, assim, uma hierarquia, cujo topo é a família ideal (nuclear, economicamente estável, asséptica e feliz) e abaixo dele qualquer outro do tipo de arranjo familiar que não corresponda ao modelo universal da nuclear, como as famílias formadas por casais sem filhos; por pares homossexuais; por mulheres em atividade de chefia, entre outras. (SIQUEIRA,2009,p.20)

Em que circunstâncias esses novos arranjos serão refletidos na escola? É fato os parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) incluíram no currículo dos conteúdos didáticos do primeiro ciclo do ensino fundamental na área de história (Identidade, sociedade e cultura) o eixo de Conhecimentos Básicos Sobre o Reconhecimento da Origem Familiar da Criança e sua História Pessoal de Vida, tendo como sub-tema as semelhanças e diferenças de um mesmo grupo social e/ou familiar. (BRASIL, 1997, p.50).

Então sugere-se que antes do docente iniciar a discussão desse conteúdo na sala de aula, que faça uma sondagem das estruturas familiares vividas pelos alunos, afim de que não se cause constrangimentos posteriores como foi explicado anteriormente. “Já que ter relações com a família de um educando é reconhecer e incluir o próprio aluno” (MOTT & CALDERÓN ,et all , 2009.p.07)

E se forem diagnosticados casos de famílias mono-parentais ou bi-parentais, deve-se tratar o assunto com naturalidade e mostrar ao aluno que segundo a concepção de Siqueira (2009): “Defini-se família como um grupo de pessoas que se unem pelo anseio de estarem juntas, de constituírem algo e de se concluírem”. (p.05)

Os agentes escolares estão preparados e/ou capacitados para lidar com essa realidade? De acordo com a ótica de Collange (1994) o currículo escolar da suporte pedagógico para que o educador esteja teoricamente embasado para enfrentar essa realidade:

O currículo atual compete aos docentes para que não comportem das famílias reinventadas visões unilaterais e preconceituosas, mas aprecia com vinculo visões alternativas, desenvolvimento sistêmico, relações intra e inter pessoais.(p.24)

É interessante colocar que, muitas vezes só ouvimos falar que as crianças levam para a escola o currículo cultural que trazem de casa, no entanto, é fácil perceber que elas retornam para casa esse mesmo currículo, só que lapidado pela escola. Todavia, de acordo com a problemática desse trabalho, essa lapidação vem chegando de forma negativa, quando a criança presencia na escola uma aversão docente ao arranjo familiar ao qual ela pertencem.

Esses arranjos familiares podem vir de alguma forma afetar a vida escolar da criança? Teoricamente alguns estudos evidenciam tal questionamento:

Quando a família se afasta da estrutura do modelo ela é considerada "desestruturada ou incompleta", é responsabilizada por problemas emocionais, desvios de comportamento e pelo próprio fracasso escolar da criança. Isto nos leva a perceber que o foco está na estrutura da família e não na qualidade das inter-relações. (SZYMANSKI, 1995, p. 23).

Se uma criança está envolvida todos os dias em um ambiente agressivo com certeza atuarão assim, o adverso acontece com uma criança que vive em um lar de muita tranquilidade, carinho e educação, pois será assim que se portará na escola. (SIQUEIRA, 2009, p.11)

Muitas famílias têm vivido situações especiais de risco, como doenças, desemprego, conflitos conjugais intensos, envolvimento atividades ilícitas e problemas com a polícia, dependência de drogas, distúrbios mentais, etc, que

as tornam incapazes de articular minimamente os cuidados de seus membros.(VASCONCELOS, apud Simonato e Oliveira, 1999).

A escola pode e deve construir uma parceria com a família, tendo objetivos pautados em planos educacionais e praticas pedagógicas que direcionem ao encontro das necessidades e da identidade dos educandos em relação à suas composições familiares. É descobrir a família vivida pela educando é saber chegar ate elas sem preconceitos ou formas de exclusão.

6.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Em nossos estudos de campo, através de observações em sala de aula e conversas informais com docentes está sendo possível detectar-se praticas pedagógicas e concepções conservadoras que não dão suporte ao tema em voga, e não proporcionam momentos para que o aluno sinta-se mais à vontade para mostrar o que sabe ou deseja saber sobre mitos e tabus da sexualidade que perpassam o seu cotidiano.

É necessário que a escola se assuma no entendimento que falar em sexualidade no espaço escolar, não é apenas trata lá como um estudo de dimensão puramente bilógica. Frision (2008) deixa claro que a sexualidade se expressa no corpo e na subjetividade de cada sujeito em encontro com a dimensão social que vive, envolvendo a emoção, afeto e imaginário.

Nesse estudo, está sendo visível o quanto as crianças e adolescentes agem influenciadas pelas informações que recebem frequentemente sobre corpo, gênero e sexualidade através da mídia. No entanto, demonstram apresentar muitas dúvidas sobre o assunto, já que a televisão e os outros meios de comunicação não dão resposta e nem interagem com os questionamentos desse grupo de telespectadores.

Todavia essa responsabilidade de dialogo sobre esses temas é de suma importância para a escola, principalmente quando nos vemos frente a pequenos atos de bullying e homofobia. Momentos que presenciamos o estranhamento à homossexualidade, uma concepção social que visivelmente reflete no âmbito escolar, onde as crianças são instigadas desde pequenas a enxergarem a homossexualidade como “monstruosidade” ou patologia.

Sobre as relações de identidades de gênero dentro do espaço escolar, inferimos da realidade observada fortes indícios da teoria da heteronormatividade de Louro (2001) que direciona os educandos para enxergarem a heterossexualidade como norma a ser

seguida, e que não a segue é tido com desviante de conduta ou personalidade, sofrendo a chamada pedagogia do insulto:

“meninos e meninas aprendem, também desde muito cedo, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem”. (LOURO, 2001, p.29)

E a respeito das relações voltadas às novas estruturações familiares na escola, é fato afirma-se que os educadores observados singularizam ou julgam como certo ou errado os diversos rearranjos familiares encontrados na sala de aula.

Prática que deve ser evitada, pois pode está gerando frustrações e constrangimento de alunos que não veem seus arranjos familiares refletidos entre o que é aceitável pelo ambiente escolar: a chamada norma familiar, baseada no núcleo pai, mãe e filhos. A dita família feliz sem conflitos internos ou reagrupamentos, onde cada membro executa sua função específica e predeterminada pela hierarquização de gênero historicamente construído. Não é regra em nenhum grupo, independente da situação econômica:

Não compete à escola, em nenhuma situação, julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece. O papel da escola é abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças sobre sexualidade possa se expressar. Caberá à escola trabalhar o respeito às diferenças a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias. (BRASIL, 1997, p. 21).

Ou seja, nem sempre a família que é pensada ou idealizada pela escola coincide com a que é vivida pelo educando. O professor tem que saber interagir com todos esses grupos familiares, dialogando com as diferenças.

6.0 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.

Concluimos parcialmente esse estudo, na certeza que não esgotamos o assunto e as reflexões que almejam compreender como as diversidades sexual e familiar são percebidas no âmbito escolar.

Muitas vezes a escola encontra resistência dos alunos ao colocar em discussão essa temática, devido aos valores que eles recebem em casa. No entanto, o docente deve

explorar a variedade de opiniões, que é valiosa e faz crescer o respeito, ampliando o universo de informações dos discentes e contribuindo para a formação de suas próprias escolhas.

Portanto, trabalhar-se na pauta de que é comum ver que a população no geral vivencia a sexualidade no dia-a-dia com muita discrição, apesar de ser de vital importância para o ser humano. Então, cabe aos educadores nas suas práticas pedagógicas, desenvolverem sistematicamente esse trabalho de elucidação sexual desde a infância, nas séries iniciais.

Na realidade educacional em estudo, infelizmente ainda é muito raro encontrar docentes que não tragam em suas praticas reflexões tradicionalistas, talvez por não conhecerem ou pela educação social falha que viveram em suas famílias ou na própria escola e nas situações de formação docente. Ampliar e aprofundar esta discussão se faz, portanto, um grande desafio para a escola e para as faculdades de educação.

7.0 REFERÊNCIAS.

BARROSO, Carmem; BRUSCHINI, Cristina. **Sexo e Juventude**: Como discutir a sexualidade em casa e na escola. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

BRASIL, Parâmetros curriculares nacionais. **Pluralidade cultural e orientação sexual. Temas transversais**. v.10.MEC.Brasília.1997.

BRITZMAN, Deborah. **Curiosidade, sexualidade e currículo**. in.LOURO,Guacira Lopes ,(org).O corpo educado:pedagogias da sexualidade,2 ed.Belo Horizonte:Autêntica,2001.

COLLANGE, C. **Defina uma família**. Trad. Mário Fondelli. Rio de Janeiro: Racco. 1994.

FRISION, Lourdes Maria Bragagnolo.**Corpo, Gênero e Sexualidade na Educação Infantil**.vol.16,no1,2008.Disponivelem<<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/569/395>> Acessado em 26/04/2011

FURLANI, Jimena. **Mitos e Tabus da sexualidade Humana**. Florianópolis: CEPEC Editora, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2 ed.Belo Horizonte:Autêntica,2001.

MOTT, M. ; CALDERÓN, A. I. ; ALVES, A. A. C.; LIMA, A. C.. **A escola e os novos arranjos familiares**. Saúde Coletiva (Barueri), 2009. Disponível em <:http://www.puccampinas.edu.br/rep/pos/docentes/producao_cientifica/AP_Adolfo_Aescolaeosnovosarranjosfamiliares.pdf> Acessado em 08/02/12.

SANTOS, Eleniza S. Viana. **Uma análise dos diversos arranjos familiares da atualidade.** 2010. Disponível em <://<http://www.webartigos.com/autores/elenizavianna/#content-top-list>> Acessado em 02/02/12

SANTOS, Jonabio Barbosa dos & SANTOS, Morgana Salles da Costa. **Família monoparental brasileira.** Rev. Jur., Brasília, v. 10, n. 92, p.01-30, out./2008 a jan./2009. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbosa_Rev92.pdf > Acessado em 11/05/12.

SILVA, Daniela Magalhães. **Relações de gênero no espaço escolarizado:** o desafio de integrar polaridades. in. FRAZÃO, Lilian Meyer ; ROCHA, Sergio Lizias C. de O. (Orgs) Gestalt e Gênero. [S.L]: livro pleno, 2005.

SIMONATO, Marlene Aparecida Wischral & OLIVEIRA, Raquel Gusmão; **Funções e transformações da família ao longo da história.** 2003. Disponível em <://<http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07Simionato03.pdf> > Acessado em 12/01/12.

SIQUEIRA, Luciana de oliveira Pereira. **Sociedade, escola e família.** 2009. Disponível em <://<http://br.monografias.com/trabalhos3/sociedade-escola-familia/sociedade-escola-familia.shtml>> Acessado em 22/01/12.

SOUZA, Marilena Batista. **Orientação Sexual na Escola:** os anseios dos jovens .1999.74f. Monografia (graduação em pedagogia) Faculdade de filosofia Dom Aureliano Matos. Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte.

SZYMANSKI, H. **Teorias e Teorias da Família.** In. Carvalho, M. C. B: A Família Contemporânea em Debate. São Paulo, Educ. Cortez Editora. 1995

WEEKS, Jeffrey . **O corpo e a sexualidade.** In. LOURO, Guacira Lopes, (org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade, 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001